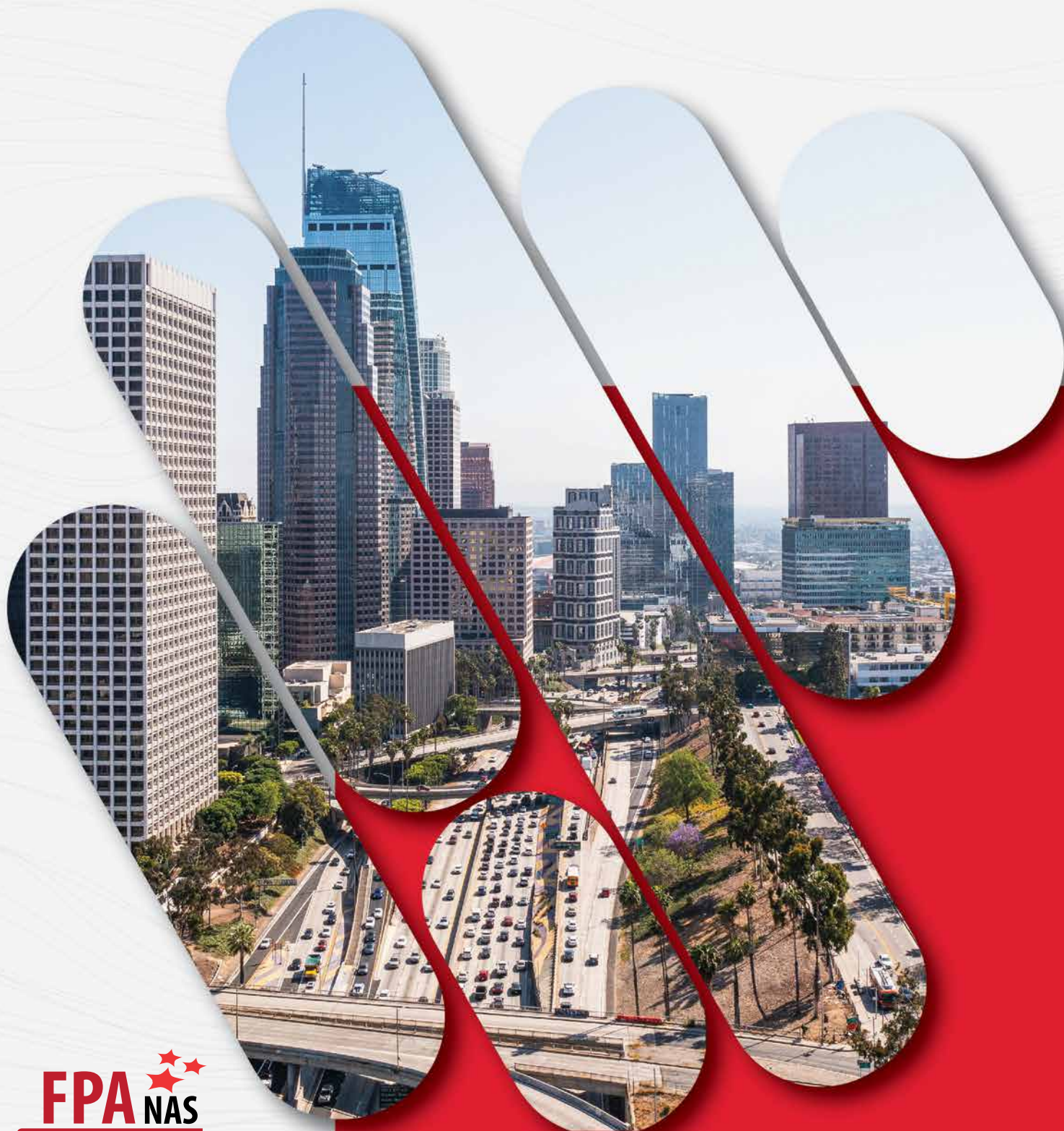


CIDADES RESILIENTES



Os objetivos centrais do programa municipal para as políticas urbanas devem partir de duas grandes linhas: a) redução das desigualdades urbanas e b) transição ecológica e climática nas cidades. Habitação, mobilidade, saneamento, uso do solo, ambiente urbano, entre outros temas, devem ser integrados e articulados com a política urbana, ambiental e econômica, de modo a garantir o direito à cidade (água, infraestrutura, moradia, mobilidade e conectividade) e ao mesmo tempo se relacionar com o crescimento econômico e geração de emprego e renda. Sob formas apropriadas a seu

perfil econômico e considerada sua inserção macrorregional, os municípios devem adotar os instrumentos de Reforma Urbana previstos no Estatuto da Cidade, bem como o planejamento inclusivo visando garantir a função social da propriedade, o combate à especulação e a captura da valorização imobiliária gerada por investimentos públicos. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Nova Agenda Urbana da ONU, assim como a política nacional de desenvolvimento urbano (em elaboração pelo governo federal) devem ser orientadoras das propostas de políticas:

REDUÇÃO DAS **DESIGUALDADES URBANAS**

- Combater a desigualdade no acesso à terra, priorizando a baixa renda e buscando recursos do programa Minha Casa Minha Vida, mas também investindo recursos locais sempre que possível;
- Os projetos habitacionais devem ser inseridos na cidade e articulados aos objetivos dos planos diretores, para reduzir a segregação e aproximar moradia do trabalho, estudo e lazer;
- A depender das características do município, deve ser proposto um leque de alternativas habitacionais, como o retrofit e locação social nos centros urbanos, lotes urbanizados com material e assistência técnica onde houver disponibilidade de terra e empreendimentos autogeridos;
- A redução das desigualdades requer um programa robusto em territórios vulneráveis, como periferias, favelas e assentamentos precários, com intervenções integradas de regularização fundiária, urbanização, infraestrutura, saneamento, mobilidade, eliminação de risco, melhorias habitacionais, qualificação de áreas públicas e verdes, equipamentos sociais e assistência técnica, tendo como referência o programa Periferia Viva do governo federal;
- A universalização do acesso à água e ao saneamento básico é prioridade, seja nos municípios com serviços autônomos seja nos atendidos por empresas estaduais ou privadas.



ADAPTAÇÕES ÀS **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

- A redução das emissões de CO² na mobilidade, na gestão de resíduos e em toda a cadeia da construção civil é central na descarbonização das cidades e na transição climática e energética;
- Adaptar as cidades para enfrentar os eventos extremos gerados pela emergência climática passa a ser um desafio permanente, como ensinam as lições das grandes cheias no RS;
- É necessário investir na drenagem urbana, em obras de contenção de encostas, melhoria habitacional e recuperação da cobertura vegetal em áreas de risco;
- Fortalecer os serviços de alertas e prevenção, assim como a defesa civil e os núcleos comunitários;
- Estabelecer uma Governança Climática interna (Secretaria, Coordenadoria ou Departamento) apoiada em mecanismos de diálogo com a sociedade civil;
- Elaborar e manter atualizado o Inventário de GEE, estudo que subsidiará a elaboração de medidas de mitigação;
- Elaborar a Análise de Risco e Vulnerabilidade do Município (ARVC), fundamental para conhecimento dos prováveis impactos em determinados territórios, orientando a ação pública e os investimentos nas áreas de maior vulnerabilidade;
- Instituir sistema de Defesa Civil que envolva amplamente a sociedade, especialmente a população mais vulnerável;
- Estabelecer e ampliar mecanismos e possibilidades de financiamento climático, melhorando a gestão tributária e buscando recursos de Fundos nacionais e internacionais;
- Estabelecer instâncias de articulação regional, estadual e nacional para ações de mitigação, de prevenção e de resposta a desastres ambientais;
- Internalizar o conceito de justiça climática na definição de prioridades, pois se toda a população está sujeita aos eventos extremos, mais vulnerável é a parcela que vive em áreas de risco, sem infraestrutura ou com infraestrutura deficiente;
- Elaborar a revisão do Plano Diretor e da legislação Urbanística incorporando as demandas da Política Climática;
- Fomentar as ações de segurança alimentar, pois a mudança climática impactará a produção de alimentos;

- Fomentar as ações de capacitação e conscientização da população, esclarecendo qual o seu papel na mitigação dos gases de efeito estufa;
- Ampliar a segurança dos sistemas essenciais à população, com planos de contingência nas áreas de transporte, saúde e abastecimento.



HABITAÇÃO DE **INTERESSE SOCIAL**

- Municípios devem ter política própria, detalhada no Plano Local de Habitação de Interesse Social especialmente voltado para o atendimento da população com renda de até 3 salários mínimos, a qual responde por 85% do déficit habitacional acumulado do País;

- Detalhar o plano (PLHIS) em consonância com o Plano Diretor, ouvindo a população, suas demandas e propostas;

- Facilitar o acesso à terra de qualidade, utilizando instrumentos como as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), IPTU progressivo em conjunto com recursos previstos no Estatuto das Cidades para combater ociosidade de terras urbanas, entre outros dispositivos amparados na legislação do Código Civil;

- Prover financiamento com recursos de programas federais e de próprios, neste caso oriundos, por exemplo, da Outorga Onerosa do Direito de Cons-



truir; Cota Solidariedade como a que já existe em Nova York, Paris e São Paulo; Contribuição por Melhoria Decorrente de Obra Pública, entre outros meios;

- Fomentar a habitação em áreas centrais que passam por esvaziamento, sob diversas modalidades de acesso: propriedade coletiva, locação social, voucher ou subsídio aluguel;

- Melhorar a qualidade da construção privada no âmbito do Minha Casa Minha Vida (MCMV), sob regulação e direcionamento do poder público municipal; desenvolver as municipalidades como agente promotor do MCMV e apoio à construção por autogestão;

- Construir uma agenda municipal prioritária para as periferias brasileiras, focada em urbanização de favelas como sinaliza o eixo do Periferia Viva do Novo Progra-

MOBILIDADE COMO DIREITO FUNDAMENTAL

O acúmulo de conhecimentos e experiências no mundo e no Brasil permite apontar medidas no campo da mobilidade urbana, entre as quais destacamos, de forma não extensiva, para o debate:

- Atuar para investir e promover políticas e programas de transporte e mobilidade superando a visão predominante de apenas gerenciar e operacionalizar os contratos sob concessão;
- Manter e reforçar a integração entre trânsito, transporte e mobilidade, com unificação do trabalho em uma só autarquia ou empresa pública;
- Ampliar os investimentos públicos em mobilidade, instituindo um Fundo de Mobilidade que garanta investimentos contínuos;
- Enfatizar a relação entre mobilidade e planejamento urbano de modo a incentivar moradias, principalmente para pessoas de baixa renda, nas regiões centrais das cidades e promover empregos nas regiões periféricas;
- Estabelecer o controle social e a participação por meio de Conselhos de usuários, audiências e consultas públicas;
- Considerar a acessibilidade universal em todos os setores e projetos, satis-

ma de Aceleração do Crescimento;

- Desenvolver nesta agenda as iniciativas de autogestão, sob liderança e indução do poder público municipal.



fazendo a demanda reprimida de pessoas com deficiência no acesso ao espaço público;

- Avançar na implantação de corredores de ônibus e implantar um serviço público de bilhetagem;
- Avançar na eletrificação do transporte, com apoio dos programas federais do PAC e projetos de financiamento do BNDES;
- Ampliação da rede cicloviária para garantir segurança dos ciclistas e estimular o uso da bicicleta; criar ou ampliar sistemas de bicicletas compartilhadas, públicos e gratuitos e adotar programas de promoção do uso da bicicleta.

CT&I PARA CIDADES INCLUSIVAS



As eleições municipais são uma oportunidade para fortalecermos o projeto de desenvolvimento social do governo federal e avançar em propostas voltadas à construção de cidades modernas, inovadoras, sustentáveis e inclusivas por meio dos recursos que Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) oferece. A oferta de serviços públicos de qualidade precisa ser acessível à população; as políticas setoriais devem procurar alavancar o crescimento das empresas e serviços locais, contribuindo com a geração de emprego, renda, cultura, la-

zer e a melhoria no acesso à educação, saúde e demais serviços. Dessa forma, tratar a implementação de políticas articuladas à CT&I como instrumento do desenvolvimento significa recolocar a pertinência do conhecimento científico para estruturação de ações que elevem a qualidade de vida da população. A participação das comunidades e de movimentos sociais nos processos de decisão e gestão deve ser uma constante. Os referenciais para os programas municipais devem ser:



INCLUSÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

- Fortalecer os ecossistemas de CT&I espalhados pelo País, articulando os planos de nossas gestões municipais com os programas e ações do governo federal;
- Fomentar os processos de transformação digital por que têm passado a sociedade, com incentivo ao desenvolvimento de novos negócios, em especial startups com produtos e serviços relacionados às tecnologias da informação e da comunicação;
- Estimular uma agenda de inclusão social na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujo maior desafio é reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida da população;
- Envolver a participação popular no planejamento e gestão das infraestruturas e serviços públicos;
- Facilitar o intercâmbio de informações e a modelagem de projetos cooperativos, com alianças solidárias entre as cidades;

- Criar e fortalecer ecossistemas de inovação nas cidades com a participação de universidades, instituições de pesquisa, empresas, organizações sociais e poder público;
- Ressaltar a transversalidade das áreas de inclusão digital, saúde, educação, mobilidade urbana, segurança pública, modernização da administração e popularização da Ciência, como segue.

INCLUSÃO DIGITAL

- Garantir acesso à Internet por meio de wi-fi livre em praças, parques e áreas centrais e turísticas da cidade; telecentros, laboratórios de fabricação digital (Fab Labs), laboratórios hacker e de programação;
- Assegurar a conectividade de equipamentos públicos como escolas municipais, bibliotecas e salas de leitura;
- Avaliar a distribuição de chips de celular para professores da rede pública de ensino;
- Desenvolver programas de treinamento digital e informacional, ensinando a navegar no mundo digital quem ainda não sabe, aprofundando o seu senso crítico com respeito à desinformação e *fake news*.

CT&I EM INTERAÇÃO COM ÁREAS ESSENCIAIS

SAÚDE

- Fortalecer a atenção básica por meio de plataformas digitais do Ministério da Saúde, que permitam o uso de dispositivos móveis pelos agentes de saúde da família e consultas online principalmente para municípios de difícil acesso, numa visão sistêmica e integrada com municípios da região;
- Promover ações e programas que visem o aperfeiçoamento e a capacitação dos profissionais de saúde, através de plataformas digitais, com conectividade e equipamentos: desenvolver tecnologias inovadoras para melhorar o acesso aos serviços de saúde, como telemedicina e diagnóstico remoto;
- Aprimorar a atuação do município como gestor do SUS, especialmente por meio da formulação de políticas, da qualificação dos investimentos, da indução dos resultados, da modernização administrativa e tecnológica, da qualificação e transparência da informação. Buscar junto ao Ministério das Comunicações e ao Ministério da Saúde conexão em banda larga, coberta pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para as Unidades Básicas de Saúde (UBS).

EDUCAÇÃO

- Atuar com as instituições de ensino superior no desenvolvimento de conteúdos e formação de professores;
- Prover infraestrutura tecnológica por meio de plataformas digitais interativas como ferramentas para a melhoria da gestão das escolas, projetos pedagógicos e diálogo com as famílias;
- Desenvolver centros vocacionais tecnológicos, conectando o sistema de CT&I do município ao sistemas estadual e federal, e as ações de popularização da ciência por meio de museus e centros de CT&I, espaços culturais, parques ambientais e outros equipamentos;
- Investir em programas de educação e capacitação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática.



MOBILIDADE

- Implementar Sistema de Gestão de Dados e Informações Técnicas, de oferta, demanda, financeiras e socioeconômicas para o planejamento urbano e de redes de transportes aderentes às demandas dos cidadãos;
- Garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, como identificação inteligente, rampas de acesso, elevadores, codificação que transmita informações para celulares, e semáforos com sinalização sonora;
- Compartilhamento de bicicletas e patinetes elétricas, com estações distribuídas estrategicamente, incentivando a mobilidade sustentável e reduzindo o congestionamento nas vias;
- Implementar Sistemas de Informações ao Cidadão, acessíveis por aplicativos e por painéis e totens públicos — com obrigatória identificação em braille e apoio sonoro para deficientes visuais —, para que a população possa acompanhar o transporte coletivo;

SEGURANÇA PÚBLICA

- Criar conselhos de direitos humanos digitais com habilitação suficiente para discutir limites éticos dos sistemas de vigilância, violação de privacidade, medidas antirracistas e discriminação algorítmica;
- Implementar centros de inteligência operacional do município reunindo sistemas digitais de segurança pública para impedir ocorrências criminais em tempo real e intensificar o controle e monitoramento das vias com grande circulação de pessoas e veículos;



- Acoplar câmeras no fardamento da Guarda Civil Metropolitana e melhorar os sistemas de iluminação pública e de limpeza urbana.
- Preparar as cidades para enfrentar situações de emergência, como desastres naturais, enchentes ou incêndios.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Trabalhar com plataforma digital de gestão municipal. Sempre que possível, utilizar tecnologias de código livre e/ou aberto, e adotar e colaborar com o de-

envolvimento das soluções para municípios disponíveis no portal do Software Público brasileiro;

- Fazer alianças com outras cidades para elaboração de projetos conjuntos ligados à modernização tecnológica.

POPULARIZAÇÃO DE C,T&I

- Estimular nas escolas municipais, em seus currículos e práticas pedagógicas, a educação que valorize a curiosidade, as práticas investigativas e a busca de evidências em fenômenos naturais e sociais;
- Estimular e apoiar, nas escolas e junto às comunidades locais, a realização de

feiras de ciência, olimpíadas científicas, clubes de ciência, oficinas, eventos de ciência e cultura, entre outras atividades de ciência;

- Interagir com as comunidades locais na identificação, estudo e difusão de conhecimentos locais e promover a valorização do patrimônio científico e cultural existente no município.

Por fim, ressaltamos a importância de um olhar estratégico sobre os biomas e sua preservação, como forma de elevar a qualidade de vida da população. É estratégica a criação de Secretarias Municipais de CT&I dedicadas à implemen-

tação de políticas voltadas à energia renovável, como solar, eólica e biogás, bem como para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e mitigar os impactos das mudanças climáticas (ver texto sobre meio ambiente).

NAPP - NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

 (11) 5571-2609

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP



fpabramo.org.br

 @fpabramo



Fundação Perseu Abramo



@fpabramo